

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 548.495 - MG (2019/0356534-0)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**ADVOGADOS : ARMANDO FERREIRA - MG048454**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : JOVINIANO ADRIANO RAMOS NETO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **JOVINIANO ADRIANO RAMOS NETO**, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Extrai-se dos autos que o paciente foi condenado como incurso nas sanções do art. 33, §4º, da lei 11.343/2006, à pena de 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime inicialmente fechado (e-STJ, 10-21).

A defesa interpôs apelação perante o Tribunal de Justiça, que deu parcial provimento ao recurso e condenou o réu à pena de 05 (cinco) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto (e-STJ, fls. 22-32).

O Ministério Público opôs embargos de declaração, os quais foram acolhidos com a determinação de expedição de mandado de prisão (e-STJ, fls. 33-36).

Neste *writ*, o impetrante alega, em síntese, que a execução da pena somente pode ocorrer após o trânsito em julgado, conforme recente entendimento do Supremo Tribunal Federal. Pondera que interpôs recursos extraordinários, pendentes de apreciação.

Requer, assim, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para que seja determinada a suspensão dos efeitos da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, até o julgamento definitivo do presente *habeas corpus*, com a expedição imediata do competente alvará de soltura.

### **É o relatório.**

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

No caso, a ilegalidade é patente.

O impetrante insurge-se contra a determinação de imediata expedição de mandado de prisão contra o paciente, para início de cumprimento de pena de condenação não transitada em julgado.

Após o julgamento do *Habeas Corpus* 126.292/SP (STF, Relator Ministro TEORI ZAVASCKI, TRIBUNAL PLENO, julgado em 17/2/2016), esta Corte passou a adotar o entendimento do Supremo Tribunal Federal de que "a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de

# Superior Tribunal de Justiça

inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal". Em outras palavras, voltou-se a admitir o início de cumprimento da pena imposta pelo simples esgotamento das instâncias ordinárias, ou seja, antes do trânsito em julgado da condenação, nos termos da Súmula 267/STJ.

Contudo, em 08/11/2019, o Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal, concluiu o julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43, 44 e 54, e decidiu, por maioria de votos, que é constitucional a regra do Código de Processo Penal que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso (trânsito em julgado da condenação) para o início do cumprimento da pena.

Assim, a prisão antes de esgotados todos os recursos cabíveis apenas poderá ocorrer por decisão individualizada, com a demonstração da existência dos requisitos para a prisão preventiva, previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, o que não ocorreu no caso dos presentes autos.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*, mas **concedo** a ordem de ofício para suspender a execução provisória da pena imposta ao paciente, até o trânsito em julgado de sua condenação.

Comunique-se, **com urgência**, ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e ao Juízo da 2ª Vara de Tóxicos da Comarca de Belo Horizonte.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator